CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRO PÚBLICO Boletim Informativo

Boletim Informativo N.º 13/2015/2016

REUNIÃO: ORDINÁRIA DE 31/08/2016

SUMÁRIO:

- 1. Aprovação da agenda;
- 2. Discussão e aprovação da acta n.º 12/2015/2016;
- 3. Apreciação e decisão de Processo de Inquérito;
- 4. Movimentação de magistrados;
- 5. Reapreciação de um pedido de reingresso formulado por um Procurador da República;
- **6.** Apreciação de uma comunicação apresentada por um Procurador da República;
- **7.** Apreciação do Relatório do Serviço de Inspecção do MP;
- 8. Apreciação de um pedido de progressão formulado por um Procurador da república;
- 9. Avaliação da execução do Plano de Actividades do ano Judicial 2015-2016;

AGOSTO DE 2016

Presenças:

Presidente

Procurador-Geral da República, Óscar Silva Tavares;

Vogais

- Membros eleitos pela Assembleia Nacional, Drs. Albino Silva Moreira e Edelfride de Santa Filomena Sousa Barbosa Almeida;
- ➤ Membros eleitos pelos seus pares, Drs. Daniel Hostelino Alves Monteiro, e Nilton Jorge da Costa Moniz;

Secretário

Secretariou a sessão o Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Senhor José Luís Varela Marques, Secretário Judicial.

Boletim Informativo do Conselho Superior do Ministério Público

- 10. Apreciação e aprovação do Plano de Actividades para o ano judicial 2016-2017;
- 11. Apreciação e aprovação do Programa de Estágios dos procuradores Assistentes;
- 12. Designação dos Magistrados como orientadores dos Estágio dos 8 Procuradores Assistentes;
- 13. Recolha de subsídios para feitura do Relatório Anual sobre a situação da Justiça do ano judicial 2015-2016;
- 14. Apreciação de um pedido de autorização para audição de um magistrado do Ministério Público;
- 15. Matérias para conhecimento.

- 1. APROVAÇÃO DA AGENDA
- O Conselho deliberou aprovar a agenda por unanimidade.
- 2. ACTAS
- O Conselho deliberou aprovar a Acta nº. 12 da sessão de 29 de Julho de 2016.
- 3. APRECIAÇÃO E DECISÃO DE PROCESSO DE INQUÉRITO
 - a. Nº. 03/ P.Inq/2016 Oficial de Justiça

Após análise e apreciação do Projecto de Deliberação, no âmbito do Processo de Inquérito em epígrafe, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou, por unanimidade dos presentes:

"Absorver os termos do relatório final do referido inquérito, convertendo-o em Processo Disciplinar, e aquele a fase instrutória, nos termos do artigo 101.º, do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, *ex vi* do artigo 68.º, do Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça.

Registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº 47/P.Inq/CSMP/2015/2016."

4. MOVIMENTAÇÃO DE MAGISTRADOS

Após análise e discussão de todos os cenários, em conformidade com a consulta prévia a todos os magistrados do Ministério Público acerca da sua disponibilidade e interesse em serem colocados na vaga anunciada na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente, através da Circular nº. 3/201-2016, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou, por unanimidade dos presentes, não efetivar nenhuma movimentação tendo em atenção o pedido de reingresso formulado por um Procurador da República que se encontrava de licença sem vencimento de longa duração.

Boletim Informativo do Conselho Superior do Ministério Público

5. REAPRECIAÇÃO DE UM PEDIDO DE REINGRESSO FORMULADO POR UM PROCURADOR DA REPÚBLICA

Após intervenção dos senhores Vogais, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou, por unanimidade dos presentes:

Deferir o pedido de reingresso do Procurador da República de 3ª Classe, Dr. Manuel do Espírito Santo Semedo dos Reis, nos termos das disposições combinadas dos artigos 37°. n°. 1 al. c) da Lei n°. 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, 53° n°s. 1 e 3, e 54°., do Decreto-Lei n°. 3/2010, de 8 de Março, aplicáveis por força do artigo 127°. da Lei n°. 2/VIII/2011, de 20 de Junho e colocar o referido magistrado na vaga existente na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente.

6. APRESENTAÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO APRESENTADA POR UM PROCURADOR DA REPÚBLICA

Face à impossibilidade do senhor magistrado cumprir a deliberação do CSMP, de 27 de Maio p.p., que o indigitou para apoiar e orientar a magistrada inspecionada a superar as dificuldades e deficiências apontadas no relatório de inspeção, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou, por unanimidade dos presentes, designar o Dr. Baltazar Ramos Monteiro, Procurador Coordenador da Procuradoria da República da Comarca de São Vicente, para o substituir e exercer a mesma tarefa.

7. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SERVIÇO DE INSPECÇÃO DO ANO JUDICIAL 2015-2016

Após análise e discussão do Relatório, o Conselho Superior do Ministério Público fez uma apreciação muito positiva do trabalho realizado pela Inspeção e pelo senhor Inspetor, realçando, contudo, que há necessidade de melhoria na sistematização e aperfeiçoamento do documento, designadamente, com a indicação de constrangimentos, conclusões e recomendações.

8. APRECIAÇÃO DE UM PEDIDO DE PROGRESSÃO FORMULADO POR UM PROCURADOR DA REPÚBLICA

Após análise e discussão, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou, por unanimidade dos presentes, agendar para uma próxima reunião ordinária a análise e discussão do pedido, em virtude da necessidade de ser preparada uma resposta adequada à extensão do pedido e considerando o sentido do parecer emitido.

9. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES DO CSMP DO ANO JUDICIAL 2015-2016

Após intervenção dos Vogais, o Relatório de Actividades do Conselho Superior do Ministério Público referente ao ano judicial 2014/2015 foi aprovado com as alterações introduzidas.

10. APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES DO CSMP PARA O ANO JUDICIAL 2015-2016

Após intervenção dos Vogais, e introdução de algumas alterações, o Plano de Atividades foi aprovado.

11. APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DOS PROCURADORES ASSISTENTES

Após intervenção dos Vogais, e introdução de algumas alterações, o Programa de Estágio foi aprovado,

12. DESIGNAÇÃO DOS MAGISTRADOS COMO ORIENTADORES DO ESTÁGIO DOS 8 PROCURADORES ASSISTENTES

Na sequência da aprovação do Programa de Estágio, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou designar:

Dr. Felismino Garcia Cardoso, Dr^a Mara Resende Dantas dos Reis, e Dr. Manuel António Livramento da Lomba, como orientadores do estágio dos 4 Procuradores Assistentes colocados na Procuradoria da República da Comarca da Praia

Dr. Baltazar Ramos Monteiro, Dr^a Raquel Monteiro Fernandes, e Dr^a. Nereida Simone do Rosário da Luz, como orientadores do estágio dos 4 Procuradores Assistentes colocados na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente.

13. RECOLHA DE SUBSÍDIOS PARA FEITURA DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DA JUSTIÇA DO ANO JUDICIAL 205-2016

Todos os Vogais intervieram para dar o seu contributo quanto aos elementos básicos que devem nortear a elaboração do Relatório, em conformidade com os procedimentos já adotados nos dois últimos anos.

Boletim Informativo do Conselho Superior do Ministério Público

14.	APRECIAÇÃO DE UM PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA AUDIÇÃO, CO	OMC
DECLA	RANTE, DE UMA MAGISTRADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou autorizar a senhora magistrada a prestar declarações no âmbito de um processo-crime, ao abrigo do artigo 48º do EMMP.

15. MATÉRIAS PARA CONHECIMENTO

O Conselho Superior do Ministério Público tomou conhecimento de 3 ofícios, sendo um da Chefia do Governo enviando uma missiva do Senhor Primeiro Ministro, e cópia do BO com a Resolução que designou o cidadão António Varela Semedo para integrar o CSMP, e 2 do Ministério da Justiça e Trabalho respeitantes a um pedido de compensação de férias não gozadas, e pedido de designação de um Procurador da República para integrar o Comité Técnico de Seguimento da equipa seleccionada para fazer um Estudo sobre a Situação da Justiça em Cabo Verde.